

Jurisprudência/Acórdãos

Pesquisa : Acórdão (104-8.759)

Número do Processo 10860.000972/94-17	
Contribuinte GISELLE DENANI SILVA DE ANDRADE	
Tipo do Recurso RECURSO DE OFÍCIO	Data da Sessão 21/05/2002
Relator(a) Vera Cecília Mattos Vieira de Moraes	
Nº Acórdão 104-18759	Tributo / Matéria
Decisão Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso de ofício.	
Ementa(s) IRPF - DEPÓSITOS BANCÁRIOS - SINAIS EXTERIORES DE RIQUEZA - LEI Nº 8.021, DE 1990 - ART 6º - APLICAÇÃO - No arbitramento, em procedimento de ofício, efetuado com base em depósito bancário, nos termos do parágrafo 5º do artigo 6º da Lei nº 8.021, de 1990, é imprescindível que seja comprovada a utilização dos valores depositados como renda consumida, evidenciando sinais exteriores de riqueza, visto que, por si só, depósitos bancários não constituem fato gerador do imposto de renda pois não caracterizam disponibilidade econômica de renda e proventos. O lançamento assim constituído só é admissível quando ficar comprovado o nexo casual entre o depósito e o fato gerador que representa omissão de rendimento. O arbitramento com base no artigo 6º torna imprescindível, inclusive, a comprovação do critério mais benéfico ao sujeito passivo, por força do parágrafo 6º do referido artigo. Recurso de ofício negado.	
Anexos	

*Essa publicação não substitui a original.

